



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 9

7.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 28 de dezembro de 2022

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís Miguel Casqueiro Romão, Albano Varela e Silva, Ricardo Jorge Palmeiro Romão, Rui Jorge Batista Martelo, Maria da Conceição Barradas Grilo, Adriano Manuel Alface Bailadeira, Célia Maria da Silva Carreiro, Diogo Aragonês (em substituição de Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), João Pedro Ribeiro Luís, Diogo Serra (em substituição de Amândio José Valente e Valente, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Maria da Conceição Ceia Miranda, Artur Jorge Coelho Correia, Filipa Barroso Viegas, Pedro Ranheta (em substituição de Ana Isabel da Costa Meira, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Sara Maria Esteves Luís Sardinha, João Pina (em substituição de Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação) Marco António Serra Antunes, João Paulo Carreço Brazão, José Cordas Barradas, António Alegria (em substituição de Francisco Correia Garcia, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, Célia de Jesus Soares, Luís Miguel Candeias Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Vera Barbas (em representação de Bruno José Marchão Calha, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99), Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Nuno Bambulo Raquel Alexandre Reizinho Carita Castelo. -----

O presidente da mesa, Luís Romão, cumprimentou todos os presentes na sala, bem como aos munícipes que assistiam através das redes sociais e deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e dez minutos. Foi feita a chamada e verificada a existência de quórum. -----

Intervenção do público:

Diogo Serra perguntou à mesa se ainda seria possível acrescentar, extraordinariamente, à ordem de trabalhos um assunto importante, relacionado com a desanexação duma união de freguesias do concelho ou se ficaria para uma próxima sessão daquela Assembleia Municipal. -----

O presidente da mesa disse terem já conhecimento do assunto, após reunião da Assembleia de Freguesia de Ribeira de Nisa e Carreiras, bem como da decisão tomada para ir àquela Assembleia. Contudo, a lei estabelecia que só poderá fazer parte da ordem de trabalhos depois de entregues os documentos necessários, por parte da freguesia ou união das freguesias em causa. Acrescentou que, na próxima reunião,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

agendada para 24 de fevereiro, o ponto iria constar da ordem, já com o parecer da Câmara Municipal de Portalegre. -----

Período antes da ordem do dia:

Diogo Aragonês disse que, no passado dia 6 de novembro, a juventude socialista de Portalegre tinha realizado uma caminhada simbólica, na qual se Assinalava a luta pela construção dum circuito pedonal e ciclável para a cidade. Acreditavam que Portalegre pode ser uma cidade verde e sustentável. Na caminhada, além de reivindicativa, também propuseram um manifesto importante, o qual iriam publicar nas redes sociais e fazê-lo chegar aos órgãos autárquicos. Sublinhou que aquele investimento era necessário, não só pelas condições para a prática do desporto, mas também por uma questão de melhoria das acessibilidades no concelho.

Chamou a atenção para o facto de se continuar a ver, no IP2, munícipes e estudantes do Instituto politécnico a passarem a pé de um lado para outro, numa zona com cerca de 300 metros, considerada perigosa. Apelou ao executivo para que considerassem a respetiva proposta. -----

Diogo Serra disse que a CDU tomou conhecimento, na comunicação social, dum investimento, da parte do Ministério da Saúde, no sentido de dotar o Hospital Dr. José Maria Grande com as obras necessárias, bem como a extensão do mesmo.

Por outro lado, desejava que o Ministério que tratava das questões judiciais anunciasse, para breve, que Portalegre teria um Tribunal com as condições que eram merecidas.---

O presidente da mesa, não havendo mais intervenções sobre a questão nem moções ou recomendações apresentadas, passou para o período da ordem do dia.-----

Ordem do dia:

1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Albano Silva disse que o relatório tinha vindo a melhorar bastante na sistematização da informação, quer nos equipamentos desportivos, quer nos culturais, nos participantes, etc. Relativamente aos assuntos sociais, disse que gostaria de colocar à Assembleia uma questão sobre o “Cartão do Idoso”, pois entendia que uma pessoa com mais de 65 anos não era idoso. Sugeriu que o cartão se passasse a chamar “Cartão Municipal +65” ou “Cartão Municipal Sénior”.

Referiu que a questão da “Carta Social Municipal” lhe parecia deveras importante e esperava ter algumas novidades sobre a mesma, brevemente.

No que respeitava à educação, gostaria de fazer um desafio ao executivo: era altura de envolverem num projeto todas as estruturas ligadas à educação, que passasse em torno de áreas transversais importantes, como por exemplo: na eficiência energética, na eficiência digital, sustentabilidade ambiental, desporto escolar e outras. Os jovens de hoje devem criar valores e capacidades fundamentais, enquanto cidadãos deste país.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente aos cinco equipamentos culturais camarários, sublinhou que fez a soma dos visitantes e ultrapassavam os 11000, entre 10/09 e 10/12, o que não era mau. Contudo, analisando individualmente, o Museu das Tapeçarias era o mais visitado e, tal facto, tinha a ver com a fama do mesmo e o interesse em se conhecer. Portanto, achava ser momento para se projetar ainda mais o valor das tapeçarias de Portalegre. Ao invés, o Museu Municipal era o menos visitado e teria de haver outra política cultural em torno do mesmo, bem como mais comunicação e projeção.

Quanto aos equipamentos desportivos, referiu que em três meses tinham tido 40000 participantes, nos cinco diferentes locais. O estádio Eduardo Sousa Lima era, de longe, o mais utilizado o que significaria que a manutenção tinha de ser proporcional ao seu uso.

Em relação às empreitadas municipais, apercebeu-se que algumas estavam a chegar ao fim, como era o caso do complexo turístico da Quinta da Saúde, tendo de seguida perguntado à presidente da Câmara o que é que, concretamente, iria ser aquele equipamento, assim como qual o seu significado para Portalegre, de futuro. Outro dos equipamentos era o loteamento da Ratinha, sobre o qual questionou a autarca do porquê de estar parado há alguns meses, com cerca de 75% de obra feita e que parecia ser uma das soluções mais importantes para o problema habitacional existente.

Relativamente aos serviços municipais, disse que se sentia uma falta enorme de recursos humanos e maquinaria, para várias tarefas essenciais no concelho.

Por último, apontou a mensagem inicial da presidente da Câmara como sendo o desejo comum de todos, mas, quando se olhava para o desenvolvimento e para as iniciativas realizadas, sentia que tinham de trabalhar mais, coletivamente e conjugando sinergias para a melhor projeção do concelho e, ao mesmo tempo, captar mais empresas, pessoas e investimento. -----

A presidente da Câmara cumprimentou os presentes na sala e, em relação às questões colocadas, começou por dizer que também concordava com a alteração à denominação “Cartão do Idoso”, pois era mais adequada chamar-se “Cartão 65+”.

Quanto à Loja Social salientou que o trabalho tem sido intenso e constante no acompanhamento às famílias mais necessitadas.

Relativamente à Carta Social Municipal referiu que teriam novidades, dentro de pouco tempo.

Na questão do Projeto Educativo Municipal, disse que era algo que fazia parte do programa eleitoral do PSD e partilhava da opinião de que existiam diferenças entre agrupamentos. Aquelas questões teriam de ser discutidas, em comum, no conselho municipal de educação.

Em relação à oferta cultural, entendia que o relatório traduzia bem o que tinham tido, no último ano e, de facto, o Museu da Tapeçaria era o que se destacava, em termos da procura. Recordou que tinham uma candidatura em andamento com o mesmo pressuposto da máxima projeção e de junção de todos os intervenientes.

Reconheceu que, efetivamente, o Museu Municipal tinha tido menos visitantes, apesar da sua qualidade. Admitia que era necessário fazer algo para conseguir acompanhar o desejado. A recuperação total da Igreja da Sé também poderá ajudar numa melhor dinâmica nas visitas.

Em relação aos equipamentos desportivos, sublinhou que a degradação dos mesmos era substancial e alguns precisavam de intervenções profundas. Estavam previstas obras de conservação nos balneários do estádio Sousa Lima. Com toda a prática



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

desportiva, traduzida naqueles números apresentados, era necessário investir nos equipamentos e ter as melhores condições possíveis para os praticantes.

Quanto ao Loteamento da Ratinha, esclareceu que o que a Câmara Municipal fez foi uma garantia bancária para execução das infraestruturas daquela obra. A mesma parou pela simples razão de que houve necessidade do licenciamento na EDP, o qual demorou algum tempo. Dentro em breve será feita a pavimentação do loteamento em causa. Mais referiu que a intervenção que o município estava a fazer nada tinha a ver com a recuperação dos edifícios que lá estavam e que continuavam a ser propriedade da Caixa Geral de Depósitos.

No que dizia respeito à falta de pessoal e equipamentos, apontados pelo membro do PS, disse que era, de facto, uma realidade já referida anteriormente e, a seu ver, precisavam muito de operacionais e de um parque de máquinas diversas, que pudesse corresponder às solicitações que têm tido, todos os dias. Entendia que o quadro de pessoal não ficou devidamente restabelecido depois da saída de vários funcionários. Estavam com alguma carência de recursos humanos, mas têm estado a reforçar os assistentes operacionais e um concurso a decorrer para duas vagas de cozeiros.

Em conclusão, disse que um município como Portalegre não podia estar sem o número necessário de funcionários para as diversas tarefas, importantes no concelho.

Por último, referiu que tinham chegado dois parques infantis novos e a empresa teve dificuldade em cumprir o contrato com o município, na entrega daquele material.-----

Albano Silva sublinhou que, quanto mais tarde se conseguirem os recursos humanos para os serviços necessitados, deixam-se ir embora os mais velhos que seriam formadores durante o processo de integração de outros.

Voltou a questionar acerca do projeto da Quinta da Saúde.-----

A presidente da Câmara disse que, quanto à candidatura e ao concurso público da Quinta da Saúde estava processo concluído. No entanto, houve a necessidade de efetuar alguns trabalhos complementares na obra e também foi tomada a decisão de proceder a arranjos exteriores, nomeadamente a recuperação dos jardins. Recordou ali que o projeto foi financiado através do Turismo de Portugal e a candidatura pressupunha um determinado objetivo que, obviamente, teria de ser cumprido. Não punha de lado a realização da tão falada entrada do Parque Natural e gostariam de fazer ali um centro interpretativo, que a candidatura também contemplou, bem como uma área de restauração. -----

Diogo Serra quis saudar a realização da Feira de Vinhos de Altitude, principalmente pelo local escolhido para tal, pois a Igreja de São Francisco estava a precisar de limpezas e de voltar a receber público. Portanto, agora seria uma pena voltar a fechar e solicitou que a autarquia a mantivesse aberta para visitas.

Salientou que a cidade tinha potencial para atrair mais pessoas. Possuía dois fatores que não existiam em muitos locais: as tapeçarias e o parque industrial da velha Robinson, que poderia ser agregador de gente, que cá nos visitasse.

Ainda existia outro fator importante e que tinha a ver com a ferrovia. Contudo, a Linha do Leste estava atualmente “adiada no papel” para 2030, embora houvesse uma questão importante que, pura e simplesmente, tinha desaparecido e que era o ramal da continuação da Estação à cidade e que, apesar de não estar na esfera de decisão do município, as políticas deveriam influenciar as medidas a tomar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara, em relação à feira de vinhos, disse que a mesma tinha sido do agrado de todos e também pelo local escolhido para o evento. A vontade era abrir a Igreja de forma definitiva e sabiam que a situação estava inerente a todas as outras e era necessário alguma cautela, mas trabalhariam naquele sentido.

Quanto à Robinson, referiu que estava a ser feito um levantamento daquilo que era o património, quer da Câmara, quer do direito de superfície da Fundação e tinham o advogado a trabalhar no assunto, de modo a tentarem trilhar um caminho para chegar a uma solução. Foi ainda discutida a questão, em reunião de executivo, e será posteriormente apresentada àquela Assembleia Municipal.

Acrescentou que a Linha do Leste era uma decisão do governo e as notícias não foram animadoras. Contudo, competia a todos os autarcas do Alto Alentejo manterem a união e reivindicarem as medidas conjuntas que forem precisas para a região.

Relativamente ao ramal da Estação até Portalegre, acreditava estarem todos de acordo na sua realização, mas tinha de se perceber a dificuldade e o valor de investimento da obra. Teriam de continuar a reivindicar aquilo de que precisavam para Portalegre. -----

Ricardo Romão, quanto ao relatório, disse ter algumas questões a colocar. A primeira tinha a ver com a reunião tida com a comissão de co-gestão e que estava repetida em dois parágrafos. A outra questão referia-se à reunião ocorrida com a Comarca de Portalegre, da qual gostaria de saber se tinha sido abordada a questão das obras de requalificação do Tribunal e qual a situação atual.

Por outro lado, perguntou se tinha havido algum contacto do executivo com as Infraestruturas de Portugal, relativamente à parte do cruzamento, na variante, onde têm havido vários acidentes, bem como aos sucessivos remendos na via. -----

A presidente da Câmara disse que a Comarca tinha vontade de reiniciar a obra no Tribunal. A Ministra referiu que a Tutela iria aprovar a extensão de encargos, de modo a garantirem a execução da mesma. Ainda não tinham datas concretas a apontar.

Em relação aos contactos e às intervenções nas vias, salientou que as últimas que foram efetuadas, antes das chuvadas, foram por pedido da autarquia à diretora regional das infraestruturas. Assim como na EN 246 foram remendadas algumas partes. Não foi propriamente a intervenção que idealizaram, mas não havia verbas para mais. -----

João Luís disse que a atividade municipal ali apresentada dava corpo ao trabalho desenvolvido pela senhora presidente e pelo executivo atual, desde o início do ano. A bancada do PSD/CDS-PP considerava o trabalho meritório, nas mais diversas questões e sublinhou o esforço grande que tinha sido feito para, gradualmente, desenvolver o concelho, nas mais diversas áreas, das quais destacou as mais importantes.

Referiu também que o executivo poderia contar sempre com a sua bancada no trabalho conjunto que ainda iriam fazer no futuro, pois sabiam estar no caminho certo para melhorar a qualidade de vida dos munícipes. -----

João Pina perguntou à presidente da Câmara, quanto ao apoio global no valor de 109.950€, dos quais 92% foram para uma única atividade, se tinham sido dados ao ACP (Baja 500). Se assim fosse, significava que, nos últimos 3 meses, quase todo o apoio às atividades desportivas tinha sido prestado a uma única entidade, que nem estava no concelho de Portalegre. Reparou ainda que o valor indicado na tabela (112.070€) não batia certo com o que foi indicado inicialmente (109.950€).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em relação ao regulamento de apoio à atividade municipal, disse que havia dezenas de candidaturas ou de intenções de candidaturas em que, estranhamente, apenas uma tinha sido aprovada. Portanto, a dúvida era porque é que a maioria das associações ficava com o processo incompleto. Provavelmente, haveria burocracias a mais nos mesmos.

Por último, referiu que só ao fim de um ano e meio é que ficaram a saber que a Urbanização da Ratinha era um projeto já feito mas que ainda não estava completo e nem tinha resolvido o problema da habitação na cidade. -----

A presidente da Câmara, em relação ao apoio ao associativismo, disse que tinha de ser analisado no seu todo, ao longo do ano. Nas candidaturas, houve uma primeira fase, em que poucas associações concorreram e a autarquia resolveu abrir uma segunda fase para que ninguém ficasse de fora. A seu ver, o processo não era muito burocrático. A maior parte das associações, que tinham intenções de se candidatar aos respetivos apoios, acabariam por entregar toda a documentação precisa e foram contempladas. Quanto ao loteamento da Ratinha, disse que a sua intervenção tinha sido clara, uma vez que as habitações não tinham sido compradas e eram propriedade da Caixa Geral de Depósitos mas, apesar de tudo, a autarquia acreditava que a situação estava encaminhada e iria realizar-se. Acrescentou que a obra das infraestruturas não tinha a ver com o resto e a Câmara fez a sua parte porque tinha uma garantia que não devia perder. -----

Adriano Bailadeira perguntou à presidente da Câmara acerca do ponto da situação da incubadora de empresas não tecnológicas, no edifício do Largo Serpa Pinto.

Em relação ao evento dos vinhos de altitude, disse que a iniciativa veio provar que a estrutura estava preservada e teve condições para ali ser realizada.

Quanto às iniciativas apontadas no relatório, referiu que as mesmas já existiam, embora pudessem ter sido alargadas, e bem. No entanto, partiram de um ponto. -----

A presidente da Câmara disse ter havido desenvolvimento na questão da incubadora de empresas não tecnológicas. Contudo, não era público o avanço da mesma. Adiantou que o protocolo iria ser cumprido. Passou a palavra ao vice-presidente, que era a pessoa responsável por aquela matéria. -----

O vice-presidente da Câmara, António Casa Nova, referiu que tinham havido desenvolvimentos na questão em apreço e que existiram visitas ao espaço, com representantes do Instituto politécnico. Sublinhou o facto de ter havido uma reprogramação, a qual elevou a fasquia em relação às exigências requeridas na candidatura. No entanto, estavam a respeitar o protocolo conjunto com o Politécnico, numa relação estreita e, para a próxima reunião de Câmara, já estava agendada uma adenda, em que o município se iria responsabilizar pelo acesso biométrico, vídeo vigilância e limpeza. Por outro lado, o Instituto faria o que estava no regulamento inicial.

A presidente da Câmara, em relação às condições em que se encontrava a Igreja de São Francisco, sublinhou que a mesma não estava bem cuidada e que, pelo facto de se encontrar fechada há demasiado tempo, sem eletricidade e com problemas de humidade, depararam com alguma degradação, que exigiu muito trabalho para ficar como estava atualmente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Quanto ao partir de um ponto, referiu que o município já existe há muitos anos e executivo algum teria parido do zero. -----

Diogo Aragonês chamou a atenção para a quantidade de animais errantes que havia na cidade e salientou que existiam cinco ou seis colónias de gatos, que eram um problema crescente de saúde pública e de desrespeito pela vida animal. Entendia que não tinha sido feito o suficiente, por parte da autarquia, para minimizar os riscos inerentes. Questionou se havia algo pensado para esterilizar os animais e resolver tal situação. Disse também que gostaria de ver nos próximos relatórios algo sobre a atividade do canil e gatil municipal. -----

João Luís disse que as referências anteriores não estivessem no relatório, estavam plasmadas no orçamento e plano e revelavam o que era sinónimo da vontade do município em preocupar-se também com a causa animal. -----

Albano Silva achou que o tempo da senhora presidente da Câmara era curto para responder a todas as questões e propôs que a mesma respondesse apenas depois de todas terem sido colocadas. -----

O presidente da mesa agradeceu a proposta apresentada. -----

A presidente da Câmara, relativamente à informação acerca do canil e gatil municipal, respondeu que fazia sentido vir incluída no relatório. No entanto, a própria acompanhava a atividade efetuada pelo veterinário municipal e sabia haver uma recolha significativa de animais errantes e também de certas habitações, por razões óbvias de saúde pública. Concordava que o trabalho de esterilização feito não era o que gostariam que fosse, mas o canil não tinha condições para tal. A obra está pensada e contemplada no orçamento, pois será preciso uma sala de recobro para o efeito.

Quanto à alimentação que as pessoas davam, principalmente aos gatos, entendia que deveria ser proibida, pois potencia a procriação dos mesmos.

Outro dos problemas graves era o controlo dos pombos em determinadas zonas da cidade, o qual também estavam a tentar resolver. -----

2 – Ata n.º 8, referente à reunião realizada em 23 de setembro de 2022;

Não houve intervenções. -----

3 – Juízes Sociais - Deliberação da CMP de 20.06.2022;

Diogo Serra, relativamente à lista apresentada, perguntou se dos elementos da autoridade que lá constavam eram um da GNR e outro da PSP. Por outro lado, havia propostas para a participação de dirigentes de agrupamentos escolares e questionou se não constava na mesma o agrupamento José Régio. Gostaria de tentar perceber como foi encontrada a composição daquela lista e sabia não ser fácil fazê-la. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara disse que a última vez que tinham sido nomeados Juizes Sociais foi em 2013. Portanto, o Tribunal judicial da Comarca de Portalegre aguardava, desde 2015, que a autarquia indicasse uma nova lista. Contudo, não sabia com rigor todas as entidades que tinham sido consultadas, pois havia algumas que não tinham respondido nem indicado ninguém. A responsabilidade era da entidade consultada.-----

O presidente da mesa referiu que a apreciação dos pontos 4 e 5 seriam feita em conjunto. Disse, inclusive, que se os representantes das freguesias assim entendessem e quisessem poderiam fazer a respetiva apresentação do ponto. -----

4 – Relatório semestral (1.º semestre de 2022), do Auto de Transferência de Competências, enviado pela União de Freguesias de Reguengo e São Julião;

- Deliberação da CMP de 10.10.2022;

5 – Relatório semestral (1.º semestre de 2022), interadministrativo enviado pela União de Freguesias de Reguengo e São Julião - Deliberação da CMP de 10.10.2022;

Não houve intervenções. -----

6 - Relatório à situação económica e financeira dos SMAT, relativo ao 1º Semestre de 2022;

Não houve intervenções. -----

7 - Relatório à situação económica e financeira do Município de Portalegre relativo ao 1.º semestre de 2022;

Albano Silva disse parecer-lhe uma boa prática o trabalho realizado feito pelos revisores oficiais de contas, ajudando a melhorar algumas coisas que estavam menos bem.

Sublinhou que, no final do primeiro semestre, a execução das despesas estavam nos 34,5% e as receitas nos 41,43%, o que mostrou que a execução nem tinha chegado aos 50% e ficou aquém das expetativas.

Perguntou à presidente da Câmara porque é que o relatório apenas apareceu no final do ano, seis meses depois do que seria expectável. -----

O presidente da mesa disse que os pontos 8, 9 e 10 seria apreciados de forma conjunta, conforme decidido na conferência de representantes. -----

8 - Projeto de alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Portalegre (Taxas Gerais) - Deliberação da CMP de 19.12.2022;

9 - Projeto de alteração do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas e Compensações Urbanísticas para o Concelho de Portalegre - Deliberação da CMP de 19.12.2022;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

10 - Projeto de Regulamento das Feiras, Venda Ambulante e atividades diversas do Município de Portalegre - Deliberação da CMP de 19.12.2022;

Albano Silva propôs que, sempre que houvesse alterações aos regulamentos, seria bom para todos que o executivo desse a conhecer um resumo das mesmas, um sublinhar das mais importantes. O PS teve conhecimento das respetivas alterações, pelo facto do seu vereador ter estado presente na reunião de Câmara e iria votar favoravelmente, pois entendiam que houve desenvolvimento nos referidos regulamentos. -----

Sara Sardinha disse que o seu grupo político via com muito agrado a alteração aos regulamentos, uma vez que estavam obsoletos.

Relativamente à conjuntura económica e financeira, em que as empresas e a maior parte das famílias atravessavam dificuldades, salientou que aquela diminuição das taxas, na ordem dos 60%, vinham incentivar a construção e aumentar a captação de investimento, bem como alavancar o desenvolvimento no concelho.

Em conclusão, tudo aquilo levaria a uma maior fixação de pessoas e, com aquele esforço financeiro da autarquia, certamente, os benefícios seriam compensadores. -----

A presidente da Câmara entendia que aquele era o caminho a percorrer e as medidas efetuadas tinham sido das mais importantes que o município tomou nos últimos anos.

Sempre considerou que as taxas eram exageradas e bastaria que os anteriores executivos as tivessem comparado com os outros municípios do Alto Alentejo.

Por outro lado, não lhe parecia que, num curto espaço de tempo, fossem perder receita, porque se se verificasse o volume de receitas nos últimos anos, em termos médios, os valores eram muito baixos. Salientou o facto de terem ali reduções de mais de 70%. Acrescentou que a decisão tinha sido unânime e que os regulamentos tinham tido inquérito público e foi possível chegar-se a um consenso. Portanto o passo dado era fundamental para todos. -----

Ricardo Romão disse que aquelas decisões tinham sido extensamente discutidas nas reuniões de Câmara. Contudo, entendia que as alterações eram irrisórias, no orçamento global da autarquia. Portanto, mais do que os valores em si, era mais o sinal que a Câmara quis dar, em acordo com todos os vereadores.

Acrescentou que a alteração em causa já vinha em curso do anterior mandato e muitas das propostas que originaram aquele documento foram apresentadas pelos outros vereadores. Referiu, inclusivamente, que a forma de cálculo inicial foi discutida várias vezes até se chegar àqueles valores, por indicação dos vereadores do PS e da CLIP.--

O presidente da mesa disse que os pontos seguintes, 11 e 12, seriam apreciados também em conjunto. -----

11 - 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa 2022 - Deliberação da CMP de 19.12.2022;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

12 - 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano de 2022 - Deliberação da CMP de 19.12.2022;

João Pina, relativamente àquele ponto, quis salientar o carácter inédito da gestão orçamental da autarquia, uma vez que tinham reduzido orçamento. O seu grupo entendia que aquilo tudo não passava de um episódio de engenharia financeira para encapotar o facto de a Câmara, em 2022, ter tido uma péssima taxa de execução. Normalmente, as taxas de execução devem rondar os 85%, mas a autarquia deverá acabar o ano com uma taxa a rondar os 70%.

Salientou que a redução do orçamento e aquela taxa de execução não ajudava em nada. Referiu também a questão do orçamento para 2023 ter sido aprovado na reunião do executivo de dia 30 de novembro, no entanto a revisão do mesmo ia agora ali, a 19 de dezembro, em que eram transitados para o ano 3,5 milhões de euros, o que significaria que a aprovação do orçamento para 2023 já começava “coxa”, porque na reunião de Câmara de novembro aquela verba não estava contemplada. Portanto, no início do ano era preciso ser feita uma revisão do orçamento que ali discutiam. E deliberavam. Perguntou à presidente da autarquia por que razão não levou os dois documentos ao mesmo tempo ou a parte da revisão do orçamento antes.

Sublinhou que, naquela fase, a Assembleia Municipal já não tinha poderes para alterar o orçamento. O PS achou que o timing tinha sido péssimo e gostariam de saber qual a razão para que aquela revisão entrasse. -----

Ricardo Romão disse que a CLIP também gostaria de ouvir uma justificação da autarquia acerca daquela revisão. Percebiam que se tratava de uma taxa de redução do orçamento de 2022, em mais de 10%, tratando-se de uma manobra financeira que tentou mostrar uma taxa de execução que não era real. Obviamente que, com aqueles 3,5 milhões de euros, poderiam ter sido executadas outras obras que ficaram, por opção, por realizar.

Relativamente a outro documento que estava afeto ao orçamento, referiu que havia ainda um saldo de gerência de cerca de 2 milhões de euros. Portanto, no total, havia mais de 5 milhões de euros do orçamento de 2022 e que não foram utilizados. -----

Diogo Serra disse partilhar da mesma opinião e a presidente deveria informar melhor as bancadas acerca da decisão tomada, quanto à revisão e aos valores implícitos. -----

A presidente da Câmara disse que, efetivamente, o executivo optou por fazer aquela revisão ao orçamento, pois foi a que lhes pareceu mais adequada. Não tinha qualquer problema em aplicá-la, porque era legal e não residia ali nenhum problema.

A não execução daqueles valores aconteceu porque algumas das obras eram financiadas, com receitas inerentes e, como se sabia, não podiam transferir o valor para outras quaisquer. Acrescentou que o atraso foi, principalmente, nas grandes obras e foi, em grande parte, devido à conjuntura e ao facto de os empreiteiros terem dificuldade de mão de obra. A obra com o montante mais relevante foi a expansão da zona industrial e perderam-se meses aquando do seu arranque, ainda noutro executivo, foi também pelo projeto mal feito e duma reclamação por parte de um concorrente, a nível técnico. Portanto, teve de se deitar o concurso abaixo, retificar a situação e não se executaram cerca de 800.000 euros. A autarquia pode ainda correr o risco de perder a candidatura, num valor de 3 milhões de euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Os deputados eram conhecedores de que aquela obra permitirá acolher a tão esperada Escola de Formação da GNR, a qual já foi iniciada, pois o atual executivo conseguiu desbloquear a situação.

Referiu ainda outras obras que deram origem ao atraso na execução orçamental, e que foram: as áreas de apoio sócio cultural do CPT do Atalaião; o “1.º direito à habitação e reabilitação de imóveis”; os antigos Paços do Concelho; a candidatura da Tapeçaria de Portalegre; a requalificação do Mercado Municipal; a Rotunda à entrada da cidade; a criação e dinamização de infraestruturas para o auto caravanismo e o Centro Social e Infantil de S. Cristóvão.

Concluiu, dizendo que aqueles dinheiros estavam cativos e as receitas também. Obviamente que aquelas situações todas não eram do seu agrado e iriam pressionar mais para tentar evitar contratempos acrescidos. O saldo de tesouraria era, efetivamente, de 2,5 milhões, mas iria fazer muita falta para cabimentar algumas obras a serem lançadas posteriormente. -----

Albano Silva disse que quando se aprovasse o orçamento para 2023, aqueles 3,5 milhões não estavam lá. Questionou a presidente da Câmara sobre onde é que os mesmos ficavam. -----

A presidente da Câmara disse que a maior parte daquelas obras estavam cabimentadas e tinham verba inerente à sua concretização, dentro do ano de 2023. Tinham assim uma verba que podiam utilizar e necessitavam, no início do ano, de uma revisão orçamental, que seria feita sem problema nenhum. Até lhe poderiam chamar engenharia financeira, pois era algo que não considerava ser mau. Os números também tinham de ser tratados e trabalhados. -----

Ricardo Romão, em relação às verbas, referiu que as mesmas eram alocadas às obras apontadas. Contudo, iria haver prejuízo se as obras não forem concretizadas no timing esperado. Não se sabiam os prazos finais de conclusão.

Outra das questões tinha a ver com o cumprimento de previsão que tinha sido feito para o orçamento anterior.

Por outro lado, entendia ser preferível que aquele ponto e o orçamento tivessem sido ali discutidos em conjunto, de modo a conseguirem colocar os 2 milhões de euros nas tais rubricas duvidosas que estavam apenas com um euro. Evitariam, pois, estarem confrontados com um orçamento que poderia ter contemplado 2 milhões de saldo transitado, mas que a senhora presidente dizia ser uma coisa positiva. -----

Albano Silva disse que o principal problema residia no facto daquela alteração não ter ido à reunião do executivo no mesmo dia do orçamento, pois só assim é que teria lógica e aquele dinheiro seria aplicado para 2023. O orçamento teria de ser ali deliberado, mas sem aqueles 3,5 milhões de euros. No ponto de vista do PS entendiam que era mau que assim fosse e não fazia qualquer sentido.

Questionou se, afinal, aquele dinheiro era para obras que já estavam em execução e, daquela forma, não seria gasto noutros investimentos necessários no concelho. -----

O presidente da mesa disse que iriam passar para a apreciação dos pontos 13, 14 e 15, todos relativos aos SMAT. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

13 - Documentos das demonstrações financeiras previsionais - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Plano Plurianual de Investimento 2023 - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre -
Deliberação da CMP de 21.11.2022;

14 - Documentos das demonstrações financeiras previsionais para 2023, Balanço, Demonstração de Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre -
Deliberação da CMP de 21.11.2022;

15 - Mapa de Pessoal para 2023 - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre -
Deliberação da CMP de 21.11.2022;

Albano Silva disse que não se verificava nenhum aumento de frotas, nem de maquinaria, naquele orçamento, que permitisse resolver o problema dos serviços. Também não se verificava nenhuma novidade, em relação à transição energética.
Embora não fossem inviabilizar o documento, chamou a atenção para o facto de, no ponto 13, ter havido uma declaração de voto do membro do PS, na Câmara, e que não aparecia no mesmo.-----

A presidente da Câmara, quanto à questão dos SMAT, recordou que, em 2021 tinham fechado com cerca de 300.000 euros de prejuízo e a situação financeira atual não lhes permitia investir em equipamentos ou novas frotas. Não havia falta de ambição, mas sim de euros. Sublinhou que o serviço de transportes feito pelos SMAT tinha, nos últimos anos, dado prejuízo.-----

Laura Galão, responsável pelos SMAT, acrescentou que ali estava aquilo a que se propunham fazer, no próximo ano: iriam apostar na modernização dos sistemas de leitura, tratando-se de um projeto plurianual de melhoria dos contadores da água, com leituras inteligentes e sustentabilidade dos serviços, reduzindo a mão de obra associada ao processo de leitura dos mesmos; havia também a vertente ambiental que lhes permitia um acesso exato do que seriam as perdas de água na rede em baixa.
Portanto, os ganhos económicos serão significativos.
Referiu também, quanto ao sistema de abastecimento, que ainda subsistiam lacunas naquilo que era o fornecimento do serviço em baixa e, para tal, tinham projetos como a ligação do cruzamento de S. Bento ao Reguengo, a reposição de infraestruturas do Sítio da Barroca, a instalação das condutas de abastecimento entre o Sítio dos Três Aferidos e o Sítio do Moinho, Montinho e Fontainhas, em Alegrete, a remodelação das condutas na Rua do Carapeto e Rua Nova, na Alagoa, ainda o projeto para a distribuição no Monte Carvalho. Tratavam-se de projetos muito importantes na rede de abastecimento pública. Quanto à renovação da frota para veículos amigos do ambiente, disse estarem atentos e a verificar possíveis financiamentos, mas estava-se a falar de mais de 15 milhões de euros, o equivalente a três orçamentos anuais dos SMAT.-----

O presidente da mesa disse que iriam passar para a apreciação conjunta dos pontos 16, 17, 18 e 19 da ordem.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

16 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2023 - Deliberação da CMP de 21.11.2022;

17 - Derrama a cobrar no ano de 2023 - Deliberação da CMP de 30.11.2022;

18 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2023 - Deliberação da CMP de 30.11.2022;

19 - Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2023 - Deliberação da CMP de 30.11.2022;

Diogo Serra, relativamente à derrama, disse que não concordava que uma parte da sociedade não contribuísse para o bem comum, uma vez que aquele imposto era aplicado a um número limitado de empresas que tinham condições para tal. -----

Albano Silva disse que, daquelas taxas todas, somente o IMI tinha reduzido e, mesmo assim, ainda estava em 0,37%. Um artigo de um jornal público, sublinhava que, tinha havido 114 concelhos que tinham a taxa mínima de 0,30%; 40 deles tinham entre a,31 e 0,35%. Portanto, Portalegre ainda continuava a ser dos concelhos que tinham a taxa maior. -----

António Alegria, em relação à taxa de IMI, disse que o facto de baixar para 0,37% tinha sido uma medida positiva, face às dificuldades que se atravessavam e com o facto de a inflação estar constantemente a aumentar. Portanto, tudo o que pudesse aliviar a carga fiscal dos munícipes era positivo. Baixar ainda mais teria de ser uma medida gradual mas continuava a ser um dos objetivos daquele executivo. -----

A presidente da Câmara disse que aquelas eram, efetivamente, as propostas do executivo camarário e, relativamente à derrama, salientou que nos últimos anos não tinha sido aplicada no concelho. Portanto, não fazia sentido que agora fosse aplicada, até pela conjuntura atual e, a seu ver, seria um mau sinal que se dava às empresas. Era objetivo do seu executivo reduzir o IMI até ao mínimo e caminhariam nesse sentido. Quanto ao IRS estavam a manter o que existia já há alguns anos. -----

O presidente da mesa disse que iriam passar aos pontos 20 e 21 e que o ponto 20 seria objeto de duas votações: uma relativa ao orçamento e plano orçamental plurianual e outra relativa ao mapa de pessoal para 2023. -----

20 - Orçamento e Mapa de Pessoal para 2023 e Plano Orçamental Plurianual da Câmara Municipal de Portalegre - Deliberação da CMP de 30.11.2022;

21 - Grandes Opções do Plano do Município, que integram o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades mais relevantes, para 2023 a 2027 - Deliberação da CMP de 30.11.2022;

Albano Silva, quanto ao orçamento para 2023, disse que o que preocupava o seu grupo partidário era que os 33 milhões previstos eram, fundamentalmente, para continuidade e finalização de obras iniciadas antes daquele mandato.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portanto, quando assim acontecia, geralmente o orçamento aumentava, mas se não houvessem obras novas o orçamento iria cair. Portalegre não podia permitir tal situação, enquanto concelho com muitas necessidades.

Relativamente aos 2 milhões de euros não executados e que iriam ser transitados, gostariam de saber quais as rubricas que iriam ter prioridade em receber tal verba.

Disse ser fundamental perceber o caminho, assim como a estratégia de investimento mas o PS não conseguia percebê-la, naquele orçamento, que entendiam ser muito em cima de áreas decorrentes e sem ter novos investimentos.

Era preciso uma política mais agressiva de aquisição de habitação, de mais infraestruturas culturais e desportivas, requalificações em zonas históricas, até nas freguesias, bem como a criação de mais e melhores condições para investimentos privados e investir mais no turismo e nos produtos endógenos, etc.

Em conclusão, o seu grupo partidário iria dar o benefício da dúvida e esperar que na próxima revisão as dúvidas fossem todas esclarecidas. -----

Ricardo Romão subscreveu o que foi dito anteriormente e a preocupação da CLIP era que aquele era um orçamento para fazer cumprir o que estava em curso.

Citando algumas palavras da presidente da Câmara, no início do relatório: “Os documentos previsionais apresentados refletem as opções políticas do executivo, para o crescimento do concelho...”. Considerava que tudo aquilo eram intenções, mas o que estava espelhado, no orçamento para 2023, à semelhança do que acontecia em 2022, era pouco, ou nada, de novo. A CLIP continuava sem conseguir perceber qual era a estratégia para fazer alterar o que estava, nem quais os novos investimentos.

Portanto, quando todas as obras estivessem concluídas, o que esperavam era que não houvesse um “vazio”. Era, no fundo, um orçamento de gestão, sem ambição política.

Era claro que o orçamento era maior, mas sobretudo à custa de maior transferência, que se devia a um aumento de capital do próprio.-----

João Luís disse que aquele orçamento de 33 milhões de euros tinha refletido, nas grandes opções do plano, as prioridades políticas do executivo da Câmara Municipal de Portalegre. Salientou ser importante ver os contextos em que o mesmo era apresentado. Além do gasto extra, de mais 1 milhão, com as obras da Escola Cristóvão Falcão houve também um gasto maior nas despesas com o pessoal, de cerca de 700.000 euros, num total de 10 milhões, que corresponde a cerca de 30% do orçamento.

Contudo, aquele orçamento revelava que o executivo mantinha a sua vontade de honrar os compromissos anteriormente assumidos e que, ainda assim, continuava a passo, com a estratégia para o município, sem comprometer o equilíbrio financeiro.

Relembrou as principais prioridades do executivo para 2023 e acrescentou que para as bancadas da oposição nunca nada era suficiente. No entanto, a visão estratégica estava sufragada no resultado eleitoral, da maioria dos portalegrenses.

Referiu ainda que, tinha visto ali, da parte da CLIP uma exigência brutal que não existia no passado, enquanto estiveram mandatados durante oito anos. -----

A presidente da Câmara disse que, obviamente, a oposição tinha todo o direito à sua opinião, mas recordou que o atual executivo estava a completar compromissos que o anterior lançou, numa fase final e que deveriam ter acontecido muito tempo antes.

Há muitos anos que a Escola Cristóvão Falcão deveria ter sido reabilitada. Há quantos anos a CIMAA tinha já chamado a atenção que o município de Portalegre estava em risco de perder a verba, devido à fraca execução demonstrada. Em relação à expansão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

da zona industrial, questionou o tempo desse que foram assinados protocolos, até à execução das infraestruturas para o centro de formação. Não foi cumprido.

Sublinhou que teve de ser o seu executivo a desbloquear as situações.

Salientou que, se estavam a cabimentar obras e a fazer cumprir os investimentos, bem como a honrar os compromissos, obviamente que o dinheiro não “esticava”.

Não concordava com o facto de ali dizerem que não havia nada de novo. Voltou a dar vários exemplos, contrariando tais afirmações.

Sublinhou que se estava no início de um novo quadro comunitário e ainda não se sabia, ao certo, o que iria ser enquadrado, em termos de mais investimentos. Portanto, era normal estarem a preparar-se mais candidaturas.

Chamou a atenção para questões importantes como: a residência de estudantes, que foi duplicada; a intervenção na Barbacã; a intervenção nas muralhas da zona histórica; o novo projeto da rota das cascatas; o novo projeto do Parque de Campismo; para a Escola Cristóvão Falcão tinham mais de 3 milhões de euros para executar; o protocolo com a ULSNA para a construção dos novos Centros de Saúde e do Portus Alácer; o Loteamento da Amoreira, o da Garça; a recuperação da capela mortuária no Cemitério Municipal e as novas fardas e equipamentos de proteção para os funcionários do mesmo; a candidatura para novo equipamento audiovisual do CAEP e para o Museu da Tapeçaria; a recuperação tão desejada da Piscina Municipal; requalificação dos balneários do Estádio e dos parques infantis; a comunidade de energias renováveis; iluminação cénica, etc. E, portanto, nas rubricas de um euro serão cabimentados diversos investimentos que queriam fazer.

Em conclusão, a estratégia era a que foi votada e defendida pelos portalegrenses e que considerava vencedora, apesar de não ser a de todos. -----

Diogo Serra disse saber já a estratégia da senhora presidente da autarquia, mas a que gostaria de saber mesmo era a estratégia para Portalegre. Questionou se a aposta era no turismo ou na indústria, lembrado que a cidade já tinha sido capital Alentejana da indústria. Havia algo mais para a reindustrialização ou para a agricultura. -----

Albano Silva disse que, obviamente, todos gostariam de um orçamento melhor e o PS achava que haveria possibilidades de o ter. No entanto, não havia necessidade da presidente alterar o seu tom, nas suas intervenções.

Referiu que, nas rubricas que estavam abertas, gostariam de saber o que é que o executivo iria fazer com aquele dinheiro que tinha transitado. -----

Ricardo Romão disse que a intervenção, quer do PSD, quer da presidente da Câmara, tinham muitas incorreções. Além de que a presidente exaltava-se facilmente e disparava em todas as direções, o que a prejudicava. Salientou que havia ali questões apontadas que não correspondiam à verdade.

Deu como um dos exemplos, o facto de que o dinheiro que iria ser aplicado no Centro de Recolha Animal era do Governo e não da autarquia.

Salientou que não havia mal em serem exigentes na discussão da revisão orçamental.

Também apontou um facto importante, na medida em que a taxa de execução ali apresentada era a menor dos últimos anos.

Portanto, não bastava à presidente dizer as coisas era preciso prová-las.

A CLIP não disse que não havia nada de novo. Disse não haver nada substancial.

Leu uma citação da presidente da Câmara, em que a mesma disse: “Não teria sido possível a prossecução de muitos destes projetos sem a resolução de muitos problemas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

e o desbloqueamento de obstáculos e constrangimentos que impediam alguns destes projetos de se materializarem.” Entendia que aquilo era uma casete, que ali se ouvia repetidamente. Posto aquilo, pergunto à presidente da Câmara se, com o auxílio dos outros grupos, queria que a ajudassem a desbloquear todas as questões que levavam a que cerca de 3,5 milhões não fossem executados.

Desde a campanha eleitoral do PSD até chegarem ali, achava que a atual presidente devia ter a humildade de dizer que, afinal, as coisas não eram tão fáceis como pareciam. Concluiu, referindo que a estratégia deve ser de futuro, de opções e baseada em factos reais, sem apontar dedos ou passar a culpa a outros.-----

Sara Sardinha sublinhou o facto de a CLIP estar agora a oferecer-se para ajudar a presidente da Câmara a desbloquear algumas situações mas, na verdade, enquanto estiveram nos mandatos não tinham avançado com as obras desbloqueadas pelo atual executivo. -----

Ricardo Romão entendeu ter sido interpelado diretamente, embora fizesse parte do diálogo, mas não percebia o sentido daquela intervenção.

Disse não ser preciso recuar muito tempo para perceber qual a trajetória de endividamento da Câmara Municipal de Portalegre.

Quanto á taxa de não execução, salientou que, provavelmente, estavam a assistir a derrapagens de contas e de outras coisas.

Importava perguntar porque é que tinham chegado ali. Lembrou que se as taxas e os regulamentos não tinham ainda sido alterados foi porque seria impossível fazê-lo durante o processo do endividamento. Assim como o atraso de algumas obras devido à situação pandémica e outros fatores impeditivos.

Concluiu, dizendo que se deviam centrar em deixar o discurso de sempre, o passa culpas e olhar sim em frente, com a noção do caminho a percorrer.-----

Diogo Aragonês quis ali lembrar aos presentes que a obra na residência dos estudantes estava inscrita no orçamento do ano passado e tinha sido uma proposta efetuada pelo PS, tal e qual como a requalificação das bancadas do Estádio Eduardo Sousa Lima, como a requalificação do relvado sintético do polivalente municipal e também a Rua da Fontainha, na Alagoa.-----

A presidente da Câmara disse não gostar de se repetir e, pessoalmente, sentia-se ofendida quando ali diziam não haver nada de novo, não haver estratégia, etc.

Quanto a estratégia, frisou que cada um tinha a que tinha e tinha de ser respeitada, porque ao não a respeitarem era estarem a desrespeitar quem votou naquela mesma estratégia.

Quanto ao que foi dito pelo membro Ricardo Romão disse-lhe que lançou ali o rastilho, com provocação e insinuação de que nada era feito e que não havia nada de novo e até fazia parecer que desde que a própria tinha chegado à Câmara Municipal a autarquia tinha ficado rica. Salientou que a dívida que havia não desapareceu completamente.

Mais referiu que o seu histórico, enquanto gestora, falava por si.

Portanto, o município de Portalegre continuava com problemas financeiros e a mesma não aceitava que se passasse ali a imagem de que assim não fosse.

Mais referiu que a intervenção que iria ser feita no canil e gatil municipal era com transferência do Governo mas, depois de o enviarem, já passaria a ser do município. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

pagamento das esterilizações era outra questão. O que estava em orçamento era fazer a sala de esterilização e de recobro.

Relativamente às fardas de alguns dos funcionários do município disse que, de facto, não tinham uma farda completa e digna para executarem as funções. Nesse sentido, o executivo atual fez um investimento de cerca de 49.000€.

Quanto à alteração do regulamento das taxas, referiu que já podia ter sido feito há dois ou três anos atrás.

Portanto, era preciso respeitar as ideias e a opinião de cada um, mas havia alguma dificuldade em respeitar a opinião daquele executivo. -----

João Luís, relativamente à intervenção do membro Diogo Aragonês, disse ter achado hilariante o PS querer ficar com os louros das coisas que correram bem. Contudo, quem governava era quem tinha ganho as eleições. Eram realidades do PSD. Ponto final. ----

A presidente da Câmara quis ali clarificar que a residência de estudantes não tinha sido por proposta dos vereadores do PS. Foi por iniciativa do executivo do PSD. Porventura, houve outras propostas apresentadas pelo PS, em sede de reunião de Câmara que foram aceites pelo PSD. Normalmente, as ideias da oposição também eram acolhidas e reconhecidas pelo seu executivo.

De seguida, concedeu a palavra ao vereador do PS, Luís Testa. -----

Luís Testa disse que quando se usava da palavra naquela Assembleia Municipal deveria conhecer-se a fundamentação das intervenções feitas.

Foram dados ali alguns exemplos, constantes do orçamento para 2023 e esses pontos novos deviam-se à escolha de uma estratégia, pilotada pela presidente da Câmara. Admitia que alguns daqueles pontos consubstanciavam uma escolha monitorizada pela senhora presidente da Câmara Municipal de Portalegre.

Contudo, muitos daqueles pontos transitavam do orçamento anterior para o próximo, ou melhor, não eram uma novidade.

Salientou que o seu grupo político tem tentado, de forma urbana, dirigir a propositura política, em sede das reuniões de Câmara, com a devida legitimidade democrática, para ajudar ao desenvolvimento de Portalegre. Assim acontecia com quem estava no poder de forma permanente, com os demais. Referiu que não sentia os seus direitos sonegados pelo facto de a estratégia que propunha não ter sido vencedora. Sentia sim a obrigação de, apesar da estratégia proposta não ter sido vencedora, continuar a propor pontos de vista que achava serem benéficos para o concelho.

Naquele sentido, em sede de executivo, fizeram um conjunto de propostas, já ali referidas anteriormente pelo membro João Luís, e que foram propostas escritas e apresentadas pelos vereadores de outras bancadas, nomeadamente a do PS. Umas mereceram a aceitação da senhora presidente e outras não, na altura, mas que, mais tarde, acabaram por ir a debate.

Sublinhou que o PS nunca forçou das propostas apresentadas e, em determinadas alturas, a presidente disse que a própria dirigia o orçamento e que estaria disposta a acolher outras propostas. Portanto, dali extrair-se a ideia de se altruir da propositura política, em simultaneidade por outros, entendia que era excessivo. Naquele sentido, parecia-lhe despropositada a intervenção feita de querer resgatar, a favor do executivo em permanência, tudo o que se passava de benéfico no concelho de Portalegre, esquecendo tudo o que se passava de menos bom.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Concluiu, referindo que cada qual deve ser responsável pelos seus atos e pelas propostas políticas que possam ajudar o concelho mas, em simultâneo, também eram responsáveis pelo que de menos bom se passasse no concelho de Portalegre. -----

Albano Silva, em relação à residência dos estudantes, teve oportunidade de conversar com o vice presidente da Câmara Municipal e aquela proposta tinha também uma parte substancial das pessoas que faziam parte da direção do Instituto Politécnico de Portalegre. Inclusivamente, nas atas das Assembleias Municipais, estava manifestada a sua preocupação com o não esquecimento do concurso, para ir ao PRR e dos 800.000€ que estavam inerentes. Congratulava-se com tal facto e achava que deveriam trabalhar sempre em conjunto, para bem de todos.

Gostaria que, nas reuniões daquele executivo, não fosse preciso a presidente da Câmara ir buscar um vereador para fazer maioria, pois esse comportamento demonstrava que a mesma não estaria muito à vontade na discussão de certas coisas. Por último, disse à presidente da Câmara que a mesma, além de dizer que ficaria na história por ter feito obra, também ficaria na memória por ter feito a dívida. -----

João Luís disse não ter entendido bem o propósito da intervenção do vereador, porque o PSD, ao contrário do membro Albano Silva, não procurou tentar resgatar os louros somente para o executivo municipal. -----

Diogo Aragonês disse que o seu interesse, ao estar naquela Assembleia Municipal, era exclusivamente Portalegre e os portalegrenses. Não era fazer política partidária, nem ter um debate com ninguém, especificamente.

Por outro lado, referiu que o PS já estava habituado a ver a bancada municipal do PSD a defender o seu executivo, sem necessidade para tal.

Quanto à residência dos estudantes, quis relembrar que, atualmente, o Politécnico de Portalegre tinha aprovadas e financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência cerca de 170 novas camas, que eram sete vezes mais o número de camas com que o município de Portalegre contribuiu, independentemente da proposta ter sido do PS, ou não. -----

João Luís disse não ter nada de pessoal, no debate com o membro Diogo Aragonês e que o interesse em Portalegre e nos portalegrenses era comum. -----

A presidente da Câmara voltou a dizer que, em matérias importantes para Portalegre, devem lutar ali por consensos e considerava ter dado já bons exemplos a esse respeito. Por norma, as reuniões de Câmara decorriam com todos a terem direito à sua opinião e as ideias acabavam por ser aceites.

Na parte em que a bancada do PS acusou a do PSD/CDS de querer ficar sozinha com os louros, referiu que aquele hábito era mais da parte do PS, dando como exemplo aquando do lançamento da obra da Rua da Fontinha, em que fizeram sair uma publicação a reclamar a autoria da mesma, assim como da substituição do relvado do estádio, em que atuaram do mesmo modo.

Portanto, a evidência que se deveria dali retirar era que se não houver vontade e concordância as coisas não aconteciam. Obviamente que a oposição também se podia unir e ganhar maioria.

Em relação ao que disse o membro Albano Silva, respeitante à ideia da residência, achava que havia alguma confusão da parte do mesmo, porque quando falou com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

executivo não foi como membro do PS na Assembleia Municipal, mas mais quando discutiam entre Município de Portalegre versus IPP.

Salientou o facto de que, das várias reuniões que teve com o IPP, sempre lhe disseram haver a carência de camas no concelho, para estudantes, assim como também havia falta de camas para fixar as famílias. Contudo, a autarquia, sozinha, não conseguia resolver tal situação e ao IPP também lhe cabia aquela função.

O trabalho tinha de ser de todos e não deveria ser somente a Câmara a ser responsabilizada. Aquele era um problema a nível nacional e o Governo também tinha o dever de ajudar. -----

Albano Silva disse ser verdade que precisavam de habitações para as famílias e, muita gente não estava em Portalegre porque não tinha habitação, mas também era verdade que existia uma verba para aquisição de habitação e, atualmente, já não a tinham em orçamento, pois tinha sido retirada. Perguntou à presidente se confirmava. -----

A presidente da Câmara disse que aquela verba existia para aquisição de habitações devolutas e, de imediato, não iria resolver o problema a ninguém. No entanto, mantinham uma verba de 150.000€ para a compra de habitações devolutas no centro histórico, que podiam a qualquer momento reforçar. -----

22 - Atualização das tarifas do Centro de Recolha Animal Canil e Gatil Municipal de Portalegre, nos termos do art.º 17.º do Regulamento do Centro de Recolha Animal Canil e Gatil Municipal de Portalegre (CRACGMP) - Deliberação da CMP de 21.11.2022;

Não houve intervenções. -----

23 - Aprovação das segundas adendas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre o Município e as Freguesias - Deliberação da CMP de 21.11.2022;

Henrique Santinho, em nome da Junta de Freguesia de Fortios, quis enaltecer aquele executivo por se ter lembrado das juntas de freguesia rurais e pelas verbas atribuídas às mesmas. Lembrou que há três anos as verbas tinham sido insuficientes, principalmente para as freguesias maiores. -----

24 - Realização de assunção de compromissos Plurianuais pela Câmara Municipal e delegação na Exma. senhora presidente em 2023 - Deliberação da CMP de 30.11.2022.

Não houve intervenções. -----

O presidente da mesa interrompeu os trabalhos durante 5 minutos, antes de passar às votações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberações:

2 – Ata n.º 8, referente à reunião realizada em 23 de setembro de 2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 6 abstenções e 22 votos a favor, aprovar a ata. -----

3 – Juízes Sociais - Deliberação da CMP de 20.06.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

4 – Relatório semestral (1.º semestre de 2022), do Auto de Transferência de Competências, enviado pela União de Freguesias de Reguengo e São Julião;

- Deliberação da CMP de 10.10.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

5 – Relatório semestral (1.º semestre de 2022), interadministrativo enviado pela União de Freguesias de Reguengo e São Julião - Deliberação da CMP de 10.10.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

6 - Relatório à situação económica e financeira dos SMAT, relativo ao 1º Semestre de 2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

7 - Relatório à situação económica e financeira do Município de Portalegre relativo ao 1.º semestre de 2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

8 - Projeto de alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Portalegre (Taxas Gerais) - Deliberação da CMP de 19.12.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 27 votos a favor, aprovar o ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

9 - Projeto de alteração do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas e Compensações Urbanísticas para o Concelho de Portalegre - Deliberação da CMP de 19.12.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 27 votos a favor, aprovar o ponto. -----

10 - Projeto de Regulamento das Feiras, Venda Ambulante e atividades diversas do Município de Portalegre - Deliberação da CMP de 19.12.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 27 votos a favor, aprovar o ponto. -----

11 - 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa 2022 - Deliberação da CMP de 19.12.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 5 abstenções, 13 votos contra e 10 a favor, não aprovar o ponto. -----

12 - 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano de 2022 - Deliberação da CMP de 19.12.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 5 abstenções, 13 votos contra e 10 a favor, não aprovar o ponto. -----

13 - Documentos das demonstrações financeiras previsionais - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Plano Plurianual de Investimento 2023 - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre - Deliberação da CMP de 21.11.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 9 abstenções e 19 votos a favor, aprovar o ponto. -----

14 - Documentos das demonstrações financeiras previsionais para 2023, Balanço, Demonstração de Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre - Deliberação da CMP de 21.11.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 27 votos a favor, aprovar o ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

15 - Mapa de Pessoal para 2023 - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre - Deliberação da CMP de 21.11.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 27 votos a favor, aprovar o ponto. -----

16 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2023 - Deliberação da CMP de 21.11.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

17 - Derrama a cobrar no ano de 2023 - Deliberação da CMP de 30.11.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 voto contra e 27 votos a favor, aprovar o ponto. -----

18 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2023 - Deliberação da CMP de 30.11.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 27 votos a favor, aprovar o ponto. -----

19 - Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2023 - Deliberação da CMP de 30.11.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

20.1 - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual da Câmara Municipal de Portalegre - Deliberação da CMP de 30.11.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 14 abstenções e 14 votos a favor aprovar o ponto. -----

Declaração de voto – CLIP (Ricardo Romão):

“O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023 apresentam documentos sem qualquer ambição política, que traduzem a governação sem estratégia conhecida sem novas ideias, sem vislumbre de um caminho que conduza Portalegre ao futuro que retome a recuperação que estava em curso.

Repetimos o que dissemos quando aprovámos o Orçamento de 2022: este não é o nosso Orçamento! Falta-lhe mais ambição, falta-lhe elevar a fasquia; mas, apesar disso,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

e sobretudo porque ele continua a ter espelhado muito do nosso programa anterior, decidimos não nos opor, através quer da nossa abstenção, quer mesmo do voto favorável por parte dos nossos eleitos pelas Juntas de Freguesia, mostrando vontade em cooperar e aguardando o cumprimento das promessas de reforço de apoio também às Juntas de Freguesia.

Reiteramos: não sendo o nosso Orçamento, ele cria condições para a continuidade da realização dos projetos idealizados pela CLIP e tem abertura para os projetos que são ainda fundamentais realizar. Alguns dos quais, para não variar, estavam já gizados.

A CLIP participa na política sempre pela positiva e, melhor do que ninguém e com sentido de responsabilidade, sabemos que Portalegre e os Portalegrenses precisam de estabilidade e, por isso, não obstaculizamos a existência de um necessário Orçamento e GOP, tal como outros fizeram no passado. Mas não estamos disponíveis para passar um cheque em branco a um executivo de gestão corrente e estaremos atentos ao cumprimento daquilo que agora se propõe.

A nossa votação é o benefício da dúvida que damos ao compromisso que a Sra. Presidente aqui assume nas rubricas que coloca sem provimento, e um alerta.

Sra. Presidente, depois de ultrapassadas as dificuldades e restrições financeiras que Portalegre herdou dos executivos PSD, graças à boa gestão CLIP - e isso é inegável!

Depois de passada a crise COVID 19 que tudo limitou, já era tempo de Portalegre ter mais ambição, mais dinâmica, mais ideias e mais projetos.

Portalegre precisa de estratégia e objetivos.

Isto ainda é pouco!"

20.2 – Mapa de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2023 - Deliberação da CMP de 30.11.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 14 abstenções e 14 votos a favor aprovar o ponto. -----

21 - Grandes Opções do Plano do Município, que integram o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades mais relevantes, para 2023 a 2027 - Deliberação da CMP de 30.11.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 14 abstenções e 14 votos a favor aprovar o ponto. -----

Declaração de voto – CLIP (Ricardo Romão):

“O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023 apresentam documentos sem qualquer ambição política, que traduzem a governação sem estratégia conhecida sem novas ideias, sem vislumbre de um caminho que conduza Portalegre ao futuro que retome a recuperação que estava em curso.

Repetimos o que dissemos quando aprovámos o Orçamento de 2022: este não é o nosso Orçamento! Falta-lhe mais ambição, falta-lhe elevar a fasquia; mas, apesar disso, e sobretudo porque ele continua a ter espelhado muito do nosso programa anterior, decidimos não nos opor, através quer da nossa abstenção, quer mesmo do voto favorável por parte dos nossos eleitos pelas Juntas de Freguesia, mostrando vontade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

em cooperar e aguardando o cumprimento das promessas de reforço de apoio também às Juntas de Freguesia.

Reiteramos: não sendo o nosso Orçamento, ele cria condições para a continuidade da realização dos projetos idealizados pela CLIP e tem abertura para os projetos que são ainda fundamentais realizar. Alguns dos quais, para não variar, estavam já gizados.

A CLIP participa na política sempre pela positiva e, melhor do que ninguém e com sentido de responsabilidade, sabemos que Portalegre e os Portalegrenses precisam de estabilidade e, por isso, não obstaculizamos a existência de um necessário Orçamento e GOP, tal como outros fizeram no passado. Mas não estamos disponíveis para passar um cheque em branco a um executivo de gestão corrente e estaremos atentos ao cumprimento daquilo que agora se propõe.

A nossa votação é o benefício da dúvida que damos ao compromisso que a Sra. Presidente aqui assume nas rubricas que coloca sem provimento, e um alerta.

Sra. Presidente, depois de ultrapassadas as dificuldades e restrições financeiras que Portalegre herdou dos executivos PSD, graças à boa gestão CLIP - e isso é inegável!

Depois de passada a crise COVID 19 que tudo limitou, já era tempo de Portalegre ter mais ambição, mais dinâmica, mais ideias e mais projetos.

Portalegre precisa de estratégia e objetivos.

Isto ainda é pouco!"

22 - Atualização das tarifas do Centro de Recolha Animal Canil e Gatil Municipal de Portalegre, nos termos do art.º 17.º do Regulamento do Centro de Recolha Animal Canil e Gatil Municipal de Portalegre (CRACGMP) - Deliberação da CMP de 21.11.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

23 - Aprovação das Segundas Adendas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre o Município e as Freguesias - Deliberação da CMP de 21.11.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

24 - Realização de assunção de compromissos Plurianuais pela Câmara Municipal e delegação na Exma. senhora presidente em 2023 - Deliberação da CMP de 30.11.2022.

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

Aprovação em minuta:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

FALTAS: Não houve faltas. -----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa encerrada a 7.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 01:20 do dia 29 de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)